

A “GYMNASTICA SUECA” NA FORMAÇÃO DOS APRENDIZES MARINHEIROS PARAIBANOS NO INÍCIO DO VIGÉSIMO SÉCULO

Chrislaine Thuany Vieira Ferreira*

Azemar dos Santos Soares Júnior**

Introdução

A cultura de um corpo considerado saudável e fisicamente “perfeito”, bem como a construção de uma educação sanitária na formação dos aprendizes marinheiros, teve início ao menos na legislação já em 1885, quando o regimento da época excluiu formalmente o menor com alguma imperfeição no seu biotipo. Entretanto, a virada do século XIX para o XX no cenário da Marinha do Brasil, foi marcada por um entrave: o desinteresse dos menores em assentar praça nas escolas de formação de marinheiros. Esta desafeição perdurou por muitos anos, sendo um dos fatores que contribuiu para tal indisposição, as péssimas condições sanitárias de vida, de trabalho e dos cruéis castigos físicos aplicados no interior dessas guarnições (ALMEIDA, 2012). O batalhão naval vivia com pouquíssimos ou sem recursos materiais básicos para se preparar a vida do mar, desmotivando o possível ingresso dos ditos homens desvalidos.

Em meio a situação sanitária crítica da Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba no início do século XX, a Marinha do Brasil passou a se preocupar com mais afinco, com o preparo do corpo físico dos menores aprendizes marinheiros que precisavam ser treinados para ter um biotipo considerado “bem preparado e robusto” a fim de conseguirem defender a sua pátria. Nesse sentido, este artigo tem por objetivo analisar o preparo do corpo físico dos menores na Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba com enfoque na gymnastica sueca, buscando refletir como os discursos médicos-sanitaristas contribuíram para a idealização do corpo marinheiro.

Os discursos médicos da época, chamavam a atenção para a prática da gymnastica sueca, que ganhava destaque por trabalhar todos os músculos do corpo, além de estimular outros níveis do organismo. Sendo assim, buscamos investigar os discursos contidos na documentação escolar

* Mestranda em Educação, UFRN.

** Orientador, UFRN.

com o intuito de entender como era realizado os exercícios militares nessas escolas desta época, a partir do diálogo com o conceito de disciplina postulado por Michel Foucault (2014) que contribui para a reflexão dos novos interesses sob o físico, sobretudo, a prática esportiva. Como fontes históricas, utilizamos os Livros de Copiador de Offício (1906-1912) e o Decreto n. 6.582, de 1º de agosto de 1907, o qual, consta como era organizada as Escolas de Aprendizes Marinheiros e o que a Marinha entendia sobre o que seria a beleza física dos menores. Metodologicamente, nos apropriamos da análise do discurso de Michel Foucault (2014), na tentativa de interpretar os discursos de quem detinha poder sob a instituição. Por fim, salientamos que a ginástica representava um conjunto de benefícios, sendo importante para adquirir disciplina corporal, uma vez que atribuía força, elasticidade e confiança.

Medicando corpos: os discursos médicos-sanitários

Ao dialogar com Afrânio Peixoto (1935) sobre as noções higiênicas no início do vigésimo século, foi possível perceber como eram insalubres os espaços destinados aos aprendizes marinheiros da Paraíba, paulatinamente (com maior força em 1912) construía-se uma educação sanitária que vai para além da limpeza corporal dentro da guarnição. Neste texto, nos propusemos discutir como a gymnastica sueca contribuía para a limpeza corporal. Para ser um bom marinheiro, reivindicava-se ser limpo, forte e obediente. Contudo, as condições dadas na época a Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba eram mínimas, faltando inclusive o básico para sobreviver: um banho de água limpa. Sendo minimamente resolvido após os surtos epidêmicos que causaram várias mortes e da mudança de terreno.

Afrânio Peixoto (1935), pioneiro nesses estudos sobre higiene no século XX, nos possibilita compreender a importância que era dada aos cuidados higiênicos dos menores nessa época, pois os mesmos eram domesticados e disciplinados rigorosamente. Os registros dos *Livros de Copiador de Offício*, não detalham esses aspectos, no entanto, o regimento escolar do ano de 1907, com o *Decreto n.º 6.582*, nos confessa que as Escolas de Aprendizes Marinheiros preparavam os menores para a guerra, nesse sentido, esses jovens precisavam seguir uma rotina organizada com horário para tudo, ou seja, tinham horário para dormir (o repouso deveria ter nove horas de sono), alimentação regrada e nunca com intervalos maiores que seis horas, estudar e praticar exercícios ao ar livre (PEIXOTO, 1935, p. 366).

O ambiente escolar no início do século XX, segundo Afrânio Peixoto (1935), deveria ser agradável e os cuidados com a higiene dos menores respeitados. Todavia, as Escolas de Aprendizes

Marinheiros eram conhecidas na sociedade por ter um ensino severo e controlado por castigos rigorosos, provocando uma certa repulsa na população com essas instituições. Este trabalho não se detém a detalhar as formas de punições aplicadas nos menores, contudo, consideramos pertinente elencar quais eram elas, para tanto, vejamos o *Artigo 37 do Decreto nº 6.582*, de 1º de agosto de 1907: “[...] as faltas em que incorrerem os aprendizes serão punidas com as seguintes penas: privação de recreio; privação de licença; repreensão em acto de mostra; prisão celular, rebaixamento de posto, multa pecuniária em favor do próprio pecúlio, não excedendo a dous mezes de soudo”.

Essas punições representava a perda temporária de sociabilidade com os colegas durante o horário do intervalo, a perda do direito de ir visitar os familiares (aqueles que possuíam), uma chamada pública em momento oportuno para que também servisse de lição para os demais aprendizes; a prisão que acontecia em celas pequenas e escuras; a perda das patentes e serviços prestados pelos aprendizes, a exemplo da monitoria; e a multa, ou seja, a perda temporária do recebimento do soldo, ou seja, do valor depositado em conta aberta para o aprendiz pela Marinha e que servia de sustento para seu tutor (membro da família ou responsável).

Essas penas eram aplicadas, segundo o referido regimento escolar, “[...] no sentido de elevar o moral do delinquente, convence-lo do seu erro e evitar sua reincidência” (BRASIL, 1907). Entretanto, castigos severos não deveriam existir, pois implicariam no desenvolvimento da consciência social de humanidade dos aprendizes. Desse modo, era imprescindível cuidar dos aspectos físicos, mentais, sociais e culturais, bem como, seguir um programa pedagógico satisfatório, visto que o regime escolar tinha influência decisiva sobre a criança (PEIXOTO, 1935, p. 365). A educação e a higiene estavam entrelaçadas, para formar homens civilizados: “[...] a pedagogia ensina como se o deve conseguir e a higiene intervém para proteger a saúde contra as imperfeições, os excessos e as eventualidades perigosas” (PEIXOTO, 1935, p. 356).

Diante disso, é necessário refletir a respeito da participação dos médicos nas escolas e a importância de ter um local saudável e limpo para construir corpos fortes, vigorosos e higiênicos. Para tecermos acerca da constituição dos discursos médicos sanitários, nos apropriamos dos escritos de Azemar Soares Júnior (2019), que produziu textos científicos sistematizados, sobre o disciplinamento de corpos ditos saudáveis em meados das primeiras décadas do vigésimo século.

A medicalização escolar na sociedade paraibana surgiu nas primeiras décadas do século XX, resultante da proposta de um projeto médico-pedagógico idealizado por Flávio Maroja¹, que

¹ Flávio Maroja, foi o sanitarista pioneiro no combate a falta de higiene na Paraíba.

tinha como plano higienizar e civilizar corpos, almejando a formação física, moral e intelectual, em consoante com os escritos de Soares Júnior (2019). Durante o período do nosso recorte temporal, as escolas de modo geral da Paraíba, estavam entendendo a importância de zelar pela cultura física dos educandos. Estas instituições, passaram a ser visadas “[...] como lugar por excelência da divulgação e realização de esportes e atividades físicas” (SOARES JÚNIOR, 2019, p. 48).

Ler, escrever e contar, não era mais suficiente. O interesse estava na utilidade do corpo enquanto matéria e para fabricá-lo foi necessário adotar em seus programas de ensino as disciplinas de Higiene e Educação Física, identificadas na década de 1910 nas escolas paraibanas católicas - *Colégio Nossa Senhora das Neves* e o *Colégio Pio X* - e na militar - *Escola de Aprendizes Marinheiro* -, como aponta Soares Júnior (2019). Os médicos, ao que tudo indica, queriam unir a medicina com a pedagogia e assim, difundir seus discursos sobre a prevenção de doenças e a importância de exercícios físicos que contribuíram para a formação do corpo forte e saudável em suas guarnições. Desse modo, “[...] a escola passou a ser o lugar onde a higiene e a educação física ganharam espaço não apenas no programa de ensino, mas na forma de educar corpos e mentes, modos de olhar e desejar” (SOARES JÚNIOR, 2019, p. 48) Tornou-se espaço de adestrar corpos.

Nesse sentido, evidenciamos que a disciplina determinada por Michel Foucault (2014) colabora para refletirmos esses novos interesses sob o corpo. A disciplina ganha novas exigências e com isso passou a

[...] construir uma máquina cujo efeito será elevado ao máximo pela articulação combinada das peças elementares de que ela se compõe. A disciplina não é mais simplesmente uma arte de repartir os corpos, de extrair e acumular o tempo deles, mas de compor forças para obter um aparelho eficiente (FOUCAULT, 2014, p. 161).

Tratando-se da Escola de Aprendizes Marinheiros que treinava soldados para guerrear, assim como as demais corporações militares, para obter um “aparelho eficiente” ou uma “máquina” como Foucault (2014) nos apresentou acima, era fundamental voltar a atenção ao treinamento físico desses menores. Os relatórios da escola localizada na Paraíba, presentes no *Livro de Copiador de Officio (1906-1912)* da Marinha, não nos evidencia detalhes de como era realizado, entretanto, é sabido que eles treinavam em meio a um terreno totalmente insalubre, sem materiais básicos para sobreviver, avalie para treinar. Todavia, Foucault (2014), nos dá um norte de como deveria ser feito o treinamento dos escolares:

[...] poucas palavras, nenhuma explicação, no máximo um silêncio total que só seria interrompido por sinais- sinos, palmas, gestos, simples olhar do mestre, ou ainda aquele pequeno aparelho de madeira que os Irmãos das Escolas Cristãs usavam; era chamado por excelência o “Sinal” e devia significar em sua brevidade maquinal ao mesmo tempo a técnica do comando e a moral da obediência (FOUCAULT, 2014, p. 163).

Essa escola na Paraíba já era conhecida por sua rigidez no ensino e maneira como castigava os aprendizes que não eram obedientes, indo de encontro ao que Michel Foucault (2014) salientou e ao que foi discutido nas seções anteriores. O jornal *A União*, um periódico de grande circulação desde fins do oitocentos na Paraíba e vinculado ao governo do Estado, destacou discursos referentes a formação dos menores na Escola de Aprendizes Marinheiros que nos dão pistas de como a sociedade via a formação que os filhos das famílias mais humildes recebiam. Analisamos as edições contidas entre os meses de novembro de 1897 e janeiro de 1898, que reproduziram em suas colunas um conflito representado pelo Tenente Coronel do Exército, o sr. Jovino Limeira Dinoá, em que, é acusado publicamente por seu envolvimento na arrematação compulsória dos dois filhos da Sra. D. Maria Castor de Araújo na Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba. A senhora Maria Castor, denuncia que apenas meninos desordeiros e desvalidos seguiam a carreira nas fileiras da armada, como podemos observar:

[...] V. Exe. perguntando-me se haviam meninos de pessoas de família que seguissem a carreira de Marinha, eu disse que sim, e declinei alguns, e agora reproduzo. Tem, um primo do Dr. Eugenio; um filho de Major Joaquim Ignacio; filho do Sr. João Firpo; filho do finado professor Velloso; filho de Francisco Holmes; dois irmãos do alferes Innocencio, e nenhum d'esses meninos, são desordeiros, e desvalidos, como V. Exe. qualifica em seu artigo á todos, que seguem essa carreira. (A UNIÃO, 1898).

Ao afirmar que “[...] nenhum d’esses meninos são desordeiros, e desvalidos”, foi possível notar que ela conhecia os métodos educativos e militares da marinha, ao ponto de saber que as camadas superiores não queriam a formação marinheira para os seus filhos. Os discursos jornalísticos, dessa forma, tinham forte influência sob os posicionamentos da sociedade e eram palcos de confrontos sociais resolvidos à público. Essa instituição treinava “máquinas de vencer” e para torna-los tais “máquinas”, passaram a se preocupar com a saúde, com a estrutura física do

prédio escolar, sobretudo, com as condições saudáveis para fabricar um corpo belo², limpo e saudável.

À vista disso, um espaço sadio refletia uma estrutura física de um prédio escolar organizado, limpo, com condições sanitárias favoráveis a ter boas e/ou ruins experiências de aprendizagem. No caso dos menores marinheiros era fundamental que o prédio tivesse condições mínimas de salubridade, uma vez que, o corpo saudável, robusto e limpo, são essenciais para os serviços navais. Nessa perspectiva, a localização do prédio escolar também era importante no sentido de ser bem localizado e arejado, como relata os autores abaixo:

[...] não apenas o espaço-escola, mas também sua localização, a disposição dele na trama urbana dos povoados e cidades, tem de ser examinada como um elemento curricular. A produção do espaço escolar no tecido de um espaço urbano determinado pode gerar uma imagem da escola como centro de um urbanismo racionalmente planejado ou como uma instituição marginal e excrescente (FRAGO; ESCOLANO; 1998, p. 28).

Tal definição, pode ser também um dos motivos que levou a sociedade paraibana a olhar com maus olhos para a Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba, uma vez que por alguns anos a instituição estava assentada em uma praia doentia, inabitável e isolada do espaço urbano da cidade. Dessa maneira, era importante que o prédio fosse construído em um local central e acessível aos escolares. Essa e outras observações eram inspecionadas por um engenheiro contratado, como também, era frequente que os médicos se reunissem para discutir acerca da localização dos prédios (SOARES JÚNIOR, 2019).

Perante o discutido até aqui, voltamos ao regimento das Escolas de Aprendizes Marinheiros, através do *Decreto nº 6.582*, de 1º de agosto de 1907 que regulamenta dez critérios para admitir os menores, os quais, cinco deles nos interessam nesse momento, são eles:

Art. 27. A aptidão physica será provada por laudo sanitário proferido pelo médico da escola e em sua falta por um da Armada, do serviço activo ou reformado; e finalmente na ausência destes por um do exército ou civil.

Art. 28. No exame, para a verificação da aptidão physica, o médico observará, sob pena de responsabilidade, as instrucções insertas no aviso n. 1961, de 12 de junho de 1890.

Art. 32. O exame de sanidade dos menores deverá ser feito, sempre que for possível, com a assistência do commandante da escola.

Art. 33. Reconhecida a aptidão physica do menor e estando em ordem todos os papeis, o nome do mesmo menor será inscripto com o respectivo número, findo o que considera-se

² A ideia do corpo belo está relacionada aos preceitos higienistas da época.

completo o seu alistamento na escola, o que se fará público.
Art. 34. O aprendiz só será desligado da escola mediante ordem do Ministro da Marinha, por incorrigível ou por incapacidade física ou mental, provada em inspeção de saúde (BRASIL, 1907).

Os artigos citados acima, obrigavam a junta médica seguir algumas medidas necessárias para garantir a salubridade dos aprendizes. O *Artigo 27* como já discutido neste trabalho, aponta que a aptidão física, ou melhor, as condições que o menor tinha de praticar atividades físicas, era comprovado por laudo médico. Embora, a figura médica tivesse aparecido em anos anteriores, é em 1907 com esse regimento escolar, que ela fica mais atuante no interior das escolas de formação de marinheiros. Os termos de inspeção de saúde, alguns analisados no capítulo anterior, eram critérios rigorosos de permanência na instituição, ou seja, só permanecia na escola quem passasse ileso pela análise médica.

O *Artigo 28*, afirma que os médicos seguiam instruções para examinar os menores. Nos termos de inspeção de saúde contidos no *Livro de Copiador de Officio (1909-1911)*, é possível identificar que apenas os aspectos físicos eram analisados: “[...] achamos estar soffrendo de neurathenia, pelo que precisa um tractamento energico fora desta Capital” (LIVRO DE COPIADOR DE OFFICIO, 1912). Se a doença fosse tratável, o menor era encaminhado a enfermaria ou para fora da cidade, caso contrário, eram desligados da instituição, ou sequer eram aceitos/matriculados. No *Artigo 32*, indicou-se que esses exames médicos eram assistidos pelos comandantes da escola, além disso, esses termos eram assinados pelo diretor de higiene e por vezes pelo médico legista da polícia, conforme destacamos abaixo no *Livro de Copiador de Officio (1909-1911)*:

[...]

(Assignados) Dr. Walfredo Guedes Pereira, Medico contractado; Dr. José Teixeira de Vasconcellos, Director de Hygiene; Dr. José de Souza Maciel, Médico legista da Policia.

Escola de Aprendizes Marinheiros da Parahyba, 5 de Fevereiro de mil novecentos e dose (1912).

Sendo assim, segundo o *Artigo 33*, o alistamento na escola só estaria completo se fosse reconhecida a aptidão física do menor, se positivo a nomeação era realizada publicamente. Desse

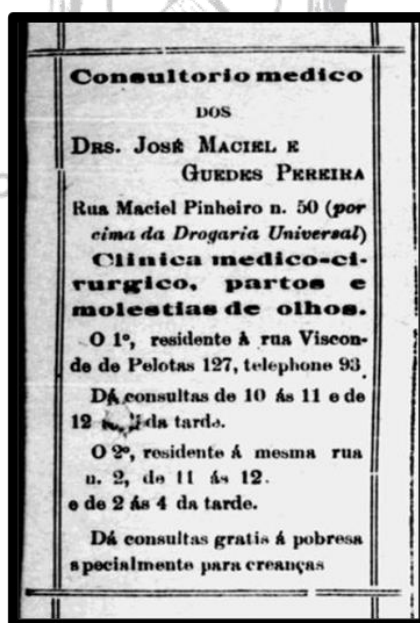
modo, de acordo com o *Artigo 34*, o aprendiz só seria desligado após ordem final do Ministro da Marinha.

A Participação Médica de Walfredo Guedes na Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba

Investigamos o médico contratado Walfredo Guedes Pereira que atuou por doze anos (1908 a 1920) na Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba, conhecendo os menores aprendizes como ninguém. Nascido no Engenho Gamela, no município de Bananeiras, localizada no brejo paraibano, o esculápio, segundo Nóbrega (1979), foi precursor em terras paraibanas na especialização do curso de medicina. Antes, a medicina era resumida em clínico geral ou cirurgião e parto no Estado. Guedes se especializou em pediatria e usou “[...] o tato [...] para conhecer as moléstias do abdômen e a audição para as dos aparelhos circulatórios e respiratório” (NÓBREGA, 1979, p. 236).

Ele era perito em análises clínicas, sendo considerado o melhor pediatra da cidade. Foi fundamental para examinar com precisão os aprendizes marinheiros da época. Nos jornais antigos, sobretudo, no periódico *O Norte*, é possível encontrar vestígios do Dr. Guedes Pereira, como pediatra, conforme a imagem abaixo:

Imagem I: Anúncio profissional do Dr. Guedes Pereira



Fonte: *O Norte*, 16 out. 1908.

Também é possível observar na imagem acima que o atendimento dele era gratuito para crianças. Walfredo Guedes Pereira, foi um homem preocupado com os problemas de saúde das crianças, tão inquieto que em 1º de novembro de 1912, “[...] fundou o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, instalando-o solenemente a 7 de janeiro seguinte, numa das dependências do Hospital da Santa Casa, na Rua Visconde de Pelotas” (NÓBREGA, 1979, p. 236).

Ainda segundo Humberto Nóbrega (1979), ele atuou por trinta e sete anos consecutivos nesse instituto, onde dotou de experiência nos serviços clínicos e cirúrgicos à criança, construindo um hospital infantil. Dr. Guedes Pereira, era uma figura influente na Paraíba. Fez uma carreira médica dita brilhante, chegando a prestar serviços ao hospital naval, no qual, conseguiu ser contratado como médico da Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba, perdurando por doze anos.

Iniciando em 1908 indo até 1920, inspecionava os menores e assinava todos os termos de inspeção de saúde nesse período, desta maneira, os aspectos físicos dos aprendizes eram examinados exclusivamente pelo dr. Walfredo Guedes Pereira, especialista em crianças. Nos *Livros de Copiador de Officio (1906-1911)*, foi possível observar que ele recebia por essa função o valor de 200\$000 réis mensais. Constatamos ainda que nos termos de inspeção de saúde, havia um monitoramento mensal ou semanal quando preciso, da higidez dos aprendizes, passando pelo médico Walfredo Guedes Pereira.

O dr. Walfredo Guedes, deixou a escola em 1920, devido a sua nomeação como prefeito da cidade, desvinculando-se da medicina para dedicar-se inteiramente à função pública, como aponta Humberto Nóbrega (1979). Foi considerado pelo escritor, um prefeito exemplar: em seu mandato, edificou vários logradouros públicos e embora tenha se desvinculado da medicina, não abandonou essa área, pondo em prática algumas campanhas de prevenção de doenças.

Assim sendo, salientamos que a atuação do médico, muito contribuiu para diagnosticar nos aprendizes marinheiros doenças mal vistas antes, como os casos de impaludismo, varíola e outras enfermidades. Além disso, participava ativamente das orientações para a educação da saúde: além de revistar os corpos dos alunos e tratar das chagas que traziam ou adquiriam, o médico inspecionava as condições higiênicas dos prédios em que a escola habitou, além de orientar as atividades físicas que deveriam ser realizadas pelos corpos infantis, a exemplo da indicação da ginástica sueca. As escolas no início do século XX, preocupavam-se além do pedagógico com o corpo físico do aluno e por isso passaram a comandar com mais afinco atividades esportivas, como a gymnastica sueca que será pauta da próxima seção.

Um corpo dito forte e disciplinado: a “gymnastica sueca” na formação dos aprendizes

Na tentativa de ter um biotipo bem preparado e robusto, a Marinha do Brasil passou a se preocupar, com maior intensidade, no preparo do corpo físico dos menores aprendizes marinheiros que eram treinados para a guerra. Essa preocupação, surgiu a partir da experiência das Forças Armadas Brasileiras com a Guerra do Paraguai, a qual, “[...] é apontada por diversos autores como um marco no processo de reorganização destas instituições” (CANCELLA, 2014, p. 30). Ficou aparente com o desfecho da batalha, que o serviço militar brasileiro carecia de formação técnica e preparo físico para defender com propriedade sua nação, uma vez que, muitos dos combatentes eram voluntários inexperientes, em conformidade com Cancellata (2014).

Os militares eram vistos como os “salvadores da Pátria”, porém para fazer jus à fama, precisavam manter uma postura física agradável, limpa e forte, capaz de assegurar os brasileiros de possíveis batalhas. A chegada do período republicano, trouxe mudanças significativas e uma delas, foi o cuidado com a saúde, como já foi discutido nas seções anteriores desse capítulo e a aproximação dos menores de atividades esportivas. Os discursos médicos da época, chamavam a atenção para a prática da gymnastica sueca, que ganhava destaque por trabalhar todos os músculos do corpo, além de estimular outros níveis do organismo. Soares Júnior (2019, p.153), salienta que a prática desse tipo de ginástica “[...] foi responsável por dar elasticidade e vigor ao corpo” e “[...] infundir a confiança em si próprio”, como também “[...] traçava os bons ensinamentos para triunfar diante dos obstáculos”.

Foi nesse contexto de transformações, que a Escola de Aprendizes Marinheiros adere a atividade física de ginástica como artifício para instituir a cultura do belo corpo, forte e disciplinado, apto a vida naval. A prática deste exercício com caráter militar e disciplinador, muito provavelmente partiu do costume da Europa no século XIX em aplica-la com essência educativa, a qual, difundiu-se mundialmente (SOARES JÚNIOR, 2019). Era uma prática militar atrelada a medicina. Era uma tentativa de modelar corpos salubres e resistentes visando futuras intervenções marinheiras em defesa da Pátria brasileira.

Para sustentar o argumento que a execução do exercício físico de ginástica era o que traria maiores resultados, a Marinha do Brasil apostou na divulgação dos benefícios conseguidos através desta atividade, por meio dos principais veículos de comunicação nos anos finais do século XIX e início do XX, que eram os jornais (CANCELLA, 2012). Essa confiabilidade nas atividades físicas e esportivas no Brasil, foi se fortalecendo a partir da adesão das escolas militares, a qual,

fez difundir para as demais escolas do país. Os militares defendiam a melhoria do desempenho do corpo ao executar suas funções navais, entretanto, perceberam que a ginástica também contribuía para a população de modo geral, no sentido de civilizar cidadãos aptos a servir sua Pátria (CANCELLA, 2012).

Além de bem treinados fisicamente, foi possível observar por meio do *Decreto 6.582* de 1º de agosto de 1907 que as escolas de aprendizes marinheiros precisavam ensinar o básico de educação para viver em sociedade, desse modo o ensino era organizado em elementar, profissional e acessório, conforme apresenta o *Artigo 11*:

Art. 11. O curso nas escolas primarias será de um anno e nas escolas-modelo de dous annos, e em ambas dividir-se-ha o ensino em elementar, profissional e accessorio. Paragrapho unico. O commandante distribuirá as materias e especialidades do ensino respectivamente pelos officiaes, professores, auxiliares, inferiores e praças, observando-se os horarios que serão organizados pela Inspectoria de Marinha, de accôrdo com a categoria da escola, as estações e as condições climatologicas locais.

O ensino elementar, consistia no menor aprender ler, escrever e contar. Em português, aprendiam o alfabeto, a formar palavras, ler e caligrafia, já em aritmética, o foco era na leitura e escrita de números inteiros, bem como, conhecer as quatro operações básicas da matemática (BRASIL, 1907). O ensino profissional, abarcava o conhecimento náutico, sobre as embarcações e as ferramentas utilizadas nas navegações (BRASIL, 1907). No “ensino acessório” as escolas primárias deveriam prover os exercícios de infantaria, ginástica, esgrima de baioneta e espada, de natação e de jogos escolares ao ar livre. Essas atividades eram realizadas em conjunto e servia para o desenvolvimento físico dos aprendizes, de acordo com o *Artigo 14* do mesmo decreto:

Art. 14. Nas escolas primarias o ensino accessorio constará de exercicios de gymnastica, de escaleres a remos, de infantaria, de esgrima de bayoneta e espada, de natação e de jogos escolares ao ar livre, como o foot-ball e outros próprios para favorecer o desenvolvimento physico dos aprendizes.

Na Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba, em específico, não tinha como manter uma constância com o exercício de natação, por exemplo, pois na estação chuvosa era suspenso para evitar surtos epidêmicos de impaludismo, o que fez diminuir o número de doentes (LIVRO DE COPIADOR DE OFFICIO, 1911). É pertinente ressaltar que, os aprendizes marinheiros não praticavam os de escaleres a remos porque, se encontrava na Capitania do Porto e a escola não

tinha verba suficiente para arcar com a passagem dos menores na via férrea de Tambaú (LIVRO DE COPIADOR DE OFFICIO, 1911). Os de infantaria, esgrima de baioneta e de ginástica eram feitos regularmente. A matéria de “gymnastica” se destacava à medida que foi considerada de suma importância para a disciplina corporal, uma vez que atribuía força, elasticidade e confiança. Ademais, os médicos incentivavam a prática, pois surtia bons efeitos na formação dos corpos, segundo Soares Júnior (2019). Havia nas escolas desde a infância, uma preocupação em formar corpos sadios e resistentes. A ginástica trazia rigor e disciplina para os menores. Segundo a perspectiva apontada por Michel Foucault (2014, p. 158), a prática de exercício físico é

[...] a técnica pela qual se impõe aos corpos tarefas ao mesmo tempo repetitivas e diferentes, mas sempre graduadas. Dirigindo o comportamento para um estado terminal, o exercício permite uma perpétua caracterização do indivíduo seja em relação a esse termo, seja em relação aos outros indivíduos [...] assim realiza, na forma da continuidade e da coerção, um crescimento, uma observação, uma qualificação.

A ginástica, representava um conjunto de benefícios. Atribuía consciência corporal, motricidade e personalidade. Era um exercício que podia usar aparelhos ou não. Era o corpo pelo próprio corpo. Repetidas vezes, levando a perfeição do movimento, da postura e do comportamento. Infelizmente, até o dado momento, não foi encontrado fotografias dessas atividades na Escola da Paraíba, todavia, há registros fotográficos da Escola do Ceará, de 1917 que contribui na construção de nossas hipóteses de como seria realizado esses exercícios em conjunto, conforme abaixo:

Imagem II - Aula de ginástica sueca na EAM do Ceará em 1917



Fonte: (SILVA, 2017).

Na fotografia é possível observar a sincronia e precisão dos movimentos feitos com o próprio corpo. Era a Força Naval, preocupada com os aspectos pedagógicos e medicinais voltados a saúde, no intuito de eliminar vícios posturais, sobretudo, doenças; e os aspectos estéticos correspondentes a beleza do corpo. Na fotografia percebemos a vigilância dos marinheiros sobre os corpos infantis, bem como, a organização dos aprendizes em filas. Seus corpos estão vestidos com um fardamento composto por uma camisa listrada, possivelmente azul e branco, calça branca e limpa, demonstrando para a fotografia a imagem de higiene e cuidado e sapatos escuros no formato de bota. Destacamos, ainda, que a Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba “[...] não possui [...] barras paralelas horizontais e verticais, maçãs halteres, enfim todo o material necessário as eficiente ensino da gymnastica” (LIVRO DE COPIADOR DE OFFÍCIO, 1906). Usavam “[...] aparelhos improvisados, inadequados, precisando de substituição completa na sede no Rio de Janeiro” (LIVRO DE COPIADOR DE OFFÍCIO, 1906). Embora, não fosse regra usar aparelhos na prática da ginástica, era através deles que os meninos poderiam ter resultados mais eficientes.

Analisando os discursos contidos no *Livro de Copiador de Officio* (1912), notamos que os aprendizes marinheiros exibiam os exercícios militares, sobretudo, o resultado da prática de ginástica nas festas promovidas, como podemos notar em seus escritos: “[...] no dia 11 de junho pretendo dar uma festa em que os aprendizes se exhibirão em exercícios militares e de Gymnastica suéca” (LIVRO DE COPIADOR DE OFFICIO, 1912). O mestre que conduzia essas atividades tornava possível a prática, mesmo em meio a um espaço desconfortável sem condições sanitárias básicas para comportar os meninos. Era um serviço de paciência, persistência e competência.

Um corpo forte e disciplinado estava sendo fabricado gradativamente dentro dos muros da Escola de Aprendizes Marinheiros. Até a década de 1920, a cultura de um corpo perfeito estava em alta e quem não aderisse a essa cultura física predominada pelo ensino de ginástica, significava deixar os menores à mercê de doenças (SOARES JÚNIOR, 2019). Na primeira década do vigésimo século, o discurso médico já ecoava sobre a importância do exercício físicos nas prevenções de doenças ortopédicas, era a educação física ganhando fôlego e tornando-se latente nas escolas brasileiras.

Portanto, foi possível observar durante a escrita deste texto, as péssimas condições sanitárias do terreno localizado na praia de Tambaú que estava assentada a Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba. Embora tenha acontecido de maneira vagarosa, a instituição de uma educação da saúde nesta escola, ocorreu, principalmente após os discursos médicos-sanitários que

passavam a se preocupar com as crianças dentro dos muros dos espaços escolares. Nesse sentido, a atuação médica no interior dessas corporações serviu sobretudo, como forma de resguardar a escola de corpos ditos imperfeitos ou infectados, já que a Marinha do Brasil buscava aquartelar menores saudáveis e resistentes. Foi buscando purificar corpos que a utilização da ginástica sueca conquistava seu espaço dentro dessas guarnições, sendo alvo para moldar físicos fortes, saudáveis e limpos.

Considerações Finais

Por fim, ao longo do estudo, foi possível observar que essa instituição dispunha de um sistema educativo pautado em disciplinar, adestrar e docilizar corpos, afim de instruir cidadãos obedientes e preparados à vida no mar. Nesse sentido, evidenciamos que para a Marinha alcançar o apreço e a confiança da sociedade, se empenhou em divulgar o bom andamento das escolas no principal meio de comunicação aderido na época: os jornais. Embora, durante o período republicano tenha sido alvo de críticas, desempenhou seu papel social de educar e formar menores ditos pobres e desvalidos que estavam ali alojados.

Sendo assim, a instituição de uma educação da saúde foi se promovendo a partir da ideia de obter nas Escolas de Aprendizes Marinheiros biotipos considerados perfeitos, livres de doenças e de molezas. Potencializando a cultura física, que para além das atividades corporais, preocupava-se em divulgar os benefícios dessa prática, incluindo a busca de um corpo perfeito. Foi nesse momento que a atuação médica se tornou mais aparente na instituição com o a atuação do médico Walfredo Guedes Pereira que contribuiu com a sua experiência em crianças, para os diagnósticos dos aprendizes.

Na tentativa de instituir um biotipo saudável e robusto, surgiu o interesse da Marinha do Brasil em utilizar a ginástica sueca na formação dos aprendizes marinheiros da Paraíba, afim de fabricar dentro dos muros da escola um corpo forte e disciplinado. Portanto, a Marinha passou a apostar nos discursos médicos sobre a relevância do exercício da ginástica que auxiliava no cuidado com as doenças ortopédicas e nos vícios posturais. À visto disso, é possível ampliar ainda mais a discussão apresentada até aqui. Uma possibilidade, seria aprofundar sobre os discursos eugenistas e higienistas postos em circulação e como esses saberes adentraram os muros da instituição naval, como eles incidiram sobre os indivíduos ditos “maus elementos” da sociedade, assim como suscitar a reflexão no que tange os corpos embranquecidos desses aprendizes

marinheiros que eram forçadamente “clareados” com a higienização corporal, moral e cultural na sociedade brasileira.

Referências

BRASIL. Decreto n. 6.582, de 1º de agosto de 1907. Rio de Janeiro: Diário Oficial, 3 set. 1907, p. 6567. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6582-1-agosto-1907-514091-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 14 fev. 2023.

CANCELLA, Karina. **A defesa da prática esportiva como elemento de preparação dos militares por meio das publicações institucionais “Revista Marítima Brasileira” e “Revista Militar”**. 2012.

CANCELLA, Karina. **O esporte e as Forças Armadas na Primeira República: das atividades gymnásticas às participações em eventos esportivos internacionais (1890-1922)**. Biblioteca do Exército, 2014.

COSTA, M. G.; PERELLI, J. M.; MATARUNA-DOS-SANTOS, L. J. História da ginástica no Brasil: da concepção e influência militar aos nossos dias. *Navegador*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, 2016, p. 63-75.

FERREIRA, Chrislaine Thuany Vieira. **A educação sanitária na Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba (1906-1912)**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2014.

PEIXOTO, Afrânio. **Noções de Higiene**. Rio de Janeiro: 17 Milheiros, 1935.

SILVA, R. M. C. **A prática educativa na Companhia de Aprendizes Marinheiros do Piauí (1874-1915)**. 2017. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal do Piauí.

SOARES JÚNIOR, A. **Physicamente vigorosos: medicalização escolar e modelação dos corpos na Paraíba (1913-1942)**. São Paulo: e-manuscrito, 2019.